Filgueiras e o Exército Libertador [1]

ANTÔNIO MARTINS FILHO

A copartícipação dos cearenses nas lutas que agitaram o território do Piauí, em prol da proclamação da independência, pode sem exagêro ser considerada eficiente e decisiva.

Província de vida política tumultuária e em que as idéias liberais eram ventiladas com arrôjo e desassombro, o Ceará teria necessariamente de influenciar as populações das localidades vizinhas, notadamente as situadas nas proximidades da serra da Ibiapaba.

Foi com efeito o que ocorreu em relação à vila de São João da Parnaíba. Alí, em virtude das notícias procedentes de Granja, vila Viçosa Real e outras, a exaltação de ânimo chegara a tal ponto que o coronel de milícias Simplício Dias da Silva e o juiz de fóra dr. João Cândido de Deus e Silva não tergiversaram em lançar o grito da independência, a 19 de outubro de 1822.

Decorridos os primeiros dias de entusiasmo e irreflexão, pesadas as consequências que poderiam advir e examinadas as possibilidades de uma vitória definitiva, compreenderam então, os chefes separatistas, a fragilidade dos elementos de que dispunham, ao desfraldarem a bandeira da emancipação.

Em tal emergência, de dificuldades e apreensões, os rebeldes parnaibanos não poderiam deixar de ter em mente a província próxima e amiga, onde encontrariam os recursos de que necessitavam, naquele momento histórico da unidade nacional.

Nessa convicção, ao terem conhecimento da aproximação de Fidié e da vinda de tropas maranhenses por via marítima,

(1) Capítulo de um livro inédito.

Simplício Dias e João Cândido resolveram abandonar a vila de Parnaíba, em que se haviam constituído pioneiros da libertação do solo pátrio.

Aliás, quando os bravos revolucionários atravessaram a Ibiapaba em demanda do Ceará, nesta província ainda não estava completamente consolidada a causa da separação.

Na verdade, tal só se verificou quando o capitão-mor José Pereira Filgueiras assumiu a presidência da Junta de Govêrno, em sessão de 23 de janeiro de 1823.

A essa reunião, realizada em Fortaleza, compareceu o padre mestre Frei Alexandre da Purificação, para o fim de requerer, na qualidade de representante do pároco, juiz ordinário e cidadãos da vila Viçosa Real, fôsse expedida, sem mais demora, tropa destinada a prestar auxílio aos brasileiros que ainda se batiam pela liberdade, na província do Piauí.

Mas o assunto não foi alí apreciado, convocando-se uma reunião extraordinária para êsse fim. Essa só se realizou no dia seguinte, 24 de janeiro, com a presença do juiz de fóra, membros da câmara e corpos eclesiástico, civil e militar, deliberando-se o seguinte:

> 1 — que o Ceará devia socorrer o Piauí, mas que se escrevesse à Junta de Govêrno daquela província e também ao governador das armas João José da Cunha Fidié, pedindo esclarecimentos sôbre o seu proceder contra os brasileiros e uma explicação do seu modo de pensar relativamentte à independência nacional;
>
> 2 — que, não obstante os esclarecimentos solicitados, devia o Ceará fazer seguir imediatamente tropas auxiliadoras com destino a três pontos daquela província, isto é, do Cariri para Oeiras; dos Inhamuns e Crateús para Campo-Maior; e da vila Viçosa Real, Sobral e Granja para São João da Parnaíba;
>
> 3 — que o exmo. deputado Antônio Bezerra, à vista do impedimento do governador das armas, deveria marchar com as tropas, como comandante de um dos pontos indicados;

4 — que as despesas com a expedição seriam por conta dos cofres de Oeiras, pois que ditas tropas destinavam-se a lutar em benefício daquela província, expulsando dalí os representantes do despotismo político português;

5 — que as pessoas voluntariamente incorporadas à expedição teriam preferência em suas pretensões a empregos públicos, sendo ainda consideradas beneméritos da pátria, etc.

Não foi êste, entretanto, o primeiro auxílio enviado pelo Ceará em socorro dos separatistas do Piauí. Já a 25 de dezembro de 1822 estacionavam em Uruburetama as primeiras tropas que, por ordem do então presidente interino do govêrno, Francisco Xavier Tôrres, teria de transpor as fronteiras da Serra Grande, para fazer triunfar a causa da liberdade naquela província (1).

A ação dêsses primeiros corpos expedicionários foi deveras importante, não só porque apressaram a adesão de Piracuruca e Campo Maior à independência, como também, e principalmente, porque o seu exemplo fez despertar no ânimo dos piauienses, em parte infensos ás lutas armadas, o sentimento da luta pela conquista da liberdade (2).

Enquanto as idéias da emancipação se alastravam pelos sertões da província vizinha, Simplício Dias e o dr. João Cândido desenvolviam suas atividades junto aos povos e autoridades do Ceará. Estas sempre foram solícitas em atender aos reiterados pedidos de novos reforços, tarefa, aliás, não mui dificil, pois que os cearenses afeitos a tôdas as vicissitudes, aceitavam prazeirosamente os desafios da vida aventurosa.

Quando, porém, a Junta do Ceará teve conhecimento da atitude do major Fidié, em deixando Parnaíba com a intenção manifesta de marchar sôbre Oeiras, passou a tomar medidas

---

(1) Vide Barão de Studart, "Datas e Factos", ano de 1822.

(2) Vide Abdias Neves, "A Guerra do Fidié", edição de 1907, pág. 126.

mais enérgicas e mais positivas, no sentido de cortar os passos do destemeroso cabo militar lusitano.

E foi assim que, em sessão de 18 de março de 1823, deliberou enviar em socorro de Oeiras o próprio governador das armas José Pereira Filgueiras — nome capaz de enfrentar o de Fidié pelo prestígio que desfrutava e influência que exercia junto ás populações desta Província, notadamente as do Cariri.

Dias depois — 24 de março — corriam pelas ruas de Fortaleza as primeiras notícias do fracasso dos brasileiros no encontro do rio Genipapo.

Urgia, desse modo, a partida imediata do Exército Libertador, sob o comando de Pereira Filgueiras. Para que o mesmo pudesse agir de acôrdo com as necessidades do momento, deliberou a Junta, em sessão realizada a 28 de março, que acompanharia as tropas o primeiro vogal do Govêrno, Tristão Gonçalves Pereira de Alencar, delegando-se nas pessoas dos dois chefes poderes na administração civil e militar, para que reunidos, ou cada um de *per si*, tomassem as providências necessárias à defesa da causa da Pátria, e "no mais que fôsse conveniente, afim de manter a segurança pública e individual dos cidadãos, o bem geral dos povos", etc.

A 29 de março, assinada a Portaria de Delegação de Poderes, os expedicionários deixaram Fortaleza em demanda do Aquiraz. Alí chegando, no dia seguinte, tiveram comunicação do Govêrno de que circulavam notícias contrárias ás que deram lugar à expedição. Dêsse modo, seria prudente fôsse a mesma interrompida, devendo os seus chefes regressarem à Capital, de onde se daria contra ordem ao corpo de tropas já em marcha para o Crato.

Filgueiras e Tristão raciocinaram de modo diferente, achando essas medidas prejudiciais aos interêsses da causa nacional. Isso mesmo fizeram sentir, em ofício dirigido ao Govêrno, acrescentando que não seria razoável aceitar como verdadeiras aquelas notícias vagas e, por isso mesmo, carecedoras de fé.

Atendendo às razões expostas pelos dois chefes, a Junta

concordou em que prosseguisse a marcha o Exército Libertador.

No Aracati, onde a expedição chegou no dia 4 do mês de abril seguinte, o vogal Tristão Gonçalves fez reunir o povo nas casas da câmara e lhe dirigiu persuasivo discurso, demonstrando a necessidade do Ceará atender aos ingentes e aflitivos apêlos dirigidos pelos compatriotas, ainda sob a tirania de Portugal, no vizinho território do Piauí. Declarou, em seguida, não dispunha a província de recursos para custear as despesas dos expedicionários, pois que acabava de conquistar a sua emancipação política e ainda se encontrava em desorganização financeira. Nessas condições, era de esperar que os brasileiros, alí reunidos prestassem a cooperação solicitada, possibilitando ao Exército Libertador, por empréstimo ou a título de donativos, os meios necessários à realização da importante jornada.

A fala do tenente-coronel Tristão Gonçalves e os motivos explanados causaram boa impressão no espírito dos presentes. Cada um, de *per si*, foi prestando, gratuitamente, o seu auxílio, conseguindo-se donativos no valor de Rs. 1:349$800.

Ainda no Aracatí e por portaria de 6 de abril, foi nomeado secretário da Expedição o tenente-coronel de 2.ª linha Luís Pedro de Melo César, tendo-se "em muita consideração os relevantes e assinalados serviços, zêlo, entusiasmo político e desinteresses" com que sempre se portou, na defesa dos imperiais direitos do sr. D. Pedro.

Ao chegar a Expedição ao Icó, no dia 20 de abril, o vogal Tristão Gonçalves dirigiu novo apêlo aos cidadãos, nos mesmos termos do anteriormente proferido em Aracati, conseguindo-se desta vez donativos na importância de Rs. 1:118$680.

Note-se que, a partir de Fortaleza até Crato, o trabalho executado pelos membros da Junta Expedicionária foi estafante e extraordinário, não só no que respeita à reunião das tropas destinadas a marchar para o Piauí, como também, e principalmente, no sentido de pacificar os ânimos e vencer as dificuldades surgidas em diversos pontos da província, notadamente em Lavras, Icó, Jardim e Crato.

Nesta última vila Filgueiras chegou a 5 de maio e na mes-

ma data foi dirigido ao govêrno de Oeiras o ofício no teor seguinte:

> "As simpathicas expressões, com que V. Ex. nos lisongeão no seu honorifico officio de 16 de Abril a pouco findo, nos encheu de alguma satisfação, por vermos quanto confião V. Ex. dos Cearenses.
>
> Hoje chegamos n'esta villa com pouco mais de 2.000 homens, deixando em nosso alcance mais de 1.500, ainda sem contar com os d'esta e da villa do Jardim, onde poderemos duplicar o numero; e a toda gente quanta pudermos reunir até 15 do corrente faremos marchar para essa capital, a vêr si podemos de uma vez consolidar a nossa paz e a nossa independencia brazilica; e convenção-se V. Ex. de que nos não pouparemos a sacrificio algum para dar execução a esta e anteriores promessas tanto do nosso dever e interesse.
>
> Temos officiado a V. Ex. por vezes, participando a nossa sahida d'este ponto de reunião com mais presteza, porém, depois que aqui chegámos, temos conhecido, que não a podemos abreviar.
>
> Deus guarde a V. Ex., como ha mister,
> Quartel da villa do Crato 5 de Maio de 1823.
>
> *José Pereira Filgueiras*
> *Tristão Gonçalves Pereira de Alencar"*

Na verdade, por mais que Filgueiras quisesse apressar a partida das tropas, fácil não seria realizar êsse intento, sem graves prejuizos para a segurança interna da província. E' que, competindo-lhe solucionar os graves problemas que agitavam as populações do Cariri, a sua permanência em Crato seria necessária até que se normalizassem as cousas naquele rincão.

Finalmente, a 27 de maio, as últimas tropas do Exército Libertador e os seus dois grandes chefes abandonaram a vila do Crato em demanda da Capital do Piauí, numa viagem enfadonha e penosíssima, mas empreendida com a preocupação única de auxiliar os seus irmãos brasileiros e de atender às suas solicitações aflitivas.

Dessa memorável expedição José Pereira Filgueiras teria mais tarde de regressar com os lauréis da vitória, porém sob a pressão de acerbas tristezas, maguas, decepções.